



DL-01

Ses. Esp. 18/11/10

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial que tem com o tema homenagem ao Dia da Consciência Negra, pela vida da juventude negra, proposta pelo deputado Bira Corôa.

Convido o proponente desta sessão especial, deputado Bira Corôa, para compor a Mesa; Sr. Cícero Ornelas, Promotor de Justiça, representante do Procurador-Geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva; Sr. Érico Novais Pena, Subdefensor Público-Geral do Estado, representando a chefe da Procuradoria, Tereza Cristina Almeida; Sr. Lázaro Monteiro, Major PM, Comandante do Agrupamento Aéreo da PM, representante do Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel-PM Nilton Mascarenhas; Sr. Ivanilton Santos da Sílvia, Juiz de Direito da Vara Cível da Liberdade; Sr. Pola Ribeiro, Diretor do Irdeb; Yalorixá Jaciara Ribeiro, Coordenadora do Projeto Mulheres da Paz; Sr. Capitão Marinho, do Exército Brasileiro; Sr. Ricardo Andrade, Coordenador da Folha Popular; DJ Branco- (CMA *Hip Hop*); Sr. Kleber Rosa, Coordenador do Coletivo da Parte Negra.



10329-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Bira Corôa

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra a meu querido amigo, nobre deputado Bira Corôa, proponente desta sessão.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, senhores e senhoras que compõem a Mesa, por economia de tempo não vou citar a todos e saúdo a toda Mesa em nome mãe Jaciara, representando também todas as mulheres aqui presentes. Vou tentar ser muito breve, Srs. e Sr^{as} Parlamentares desta Casa, minhas saudações antecipadas e agradecimentos por se fazerem presentes nesta magnífica tarde para o povo negro da Bahia, representantes dos nossos ancestrais. Aos mais velhos e aos mais novos, aos meus irmãos e irmãs afrodescendentes, sacerdotes e sacerdotisas das religiões de matrizes africanas, a bênção.

Esta é a quarta sessão especial, Dia da Consciência Negra, que o Mandato da Igualdade, por mim representado, realiza nesta Casa. Nas duas primeiras sessões, 2007 e 2008, focamos como temática prioritária a questão emergente do respeito à liberdade e a diversidade religiosa. Tema esse que ainda é tão atual, pois estamos vivendo ainda nos nossos dias cenas e fatos como o ocorrido no último 23 do mês corrente, quando o terreiro da Ialorixá Bernadete Souza, no município de Ilhéus, foi invadido o assentamento Dom Hélder Câmara e a Ialorixá foi brutalmente violentada, algemada, manifestada, colocada sobre um formigueiro sob a alegação de que o local estava sendo utilizado para retirar demônios; sem dúvida alguma, há prova de intolerância religiosa e, além desse processo, ela foi violentada com tortura.

Então, fatos como esse, que também são pontuados na cidade do Salvador, como a demolição do Terreiro de Mãe Rosa, vivenciamos nesta Casa com debates, discussões e intervenções conduzidas pela gestão municipal da cidade do Salvador. Sem dúvida alguma, essas ações que vieram como debates promovidos por esta comissão, com o objetivo de trazer a discussão e as temáticas para a afirmação de políticas públicas na quebra das



desigualdades, mas acima de tudo na afirmação do direito constitucional da prática do exercício religioso por todos e por todas.

A terceira sessão realizada no ano passado, em 2009, teve como foco o estatuto da igualdade racial e social, o nacional e o da Bahia. A centralidade dessa discussão nesta Casa se deu na época por acreditarmos que o presidente Luís Inácio Lula da Silva estaria no dia 20 de novembro do ano passado sancionando na Bahia, fato que não ocorreu, Sr. Presidente, Srs e Sr^{as} presentes, porque o estatuto nacional sofreu um processo de retaliação e extração de direitos constitucionais adquiridos pela sociedade, a partir dos movimentos em prol da afirmação dos negros e negras do Brasil e da Bahia.

Consequentemente, entre esses cortes nós tivemos não assegurado o direito das cotas, que tem permitido que estudantes oriundos das escolas públicas possam adentrar às universidades públicas deste país pela porta da frente, resgatando e criando perspectivas para uma ação que a gente costuma dizer, reparatória; assim como também não assegurando, no contexto da saúde pública, direitos constitucionais para o atendimento, em especial para doenças que assolam o povo negro; assim como também não consta o direito de propriedade como um dos marcos para a luta do povo negro neste nosso Brasil. A gente sabe muito bem que as questões fundiárias são as que mais assolam o povo negro no campo e nos centros urbanos.

Esta quarta sessão especial tem como tema: pela vida da juventude negra. Quando afirmamos pela vida da juventude negra é por compreender que a vida não está sendo violentada e extraída apenas pela violência ou pelos crescentes índices de homicídios a que estão sendo submetidos jovens de 14 a 30 anos, mas sim pela ausência de políticas afirmativas; é também ceifar direito de vida da juventude negra quando não é a ela assegurada o direito de uma educação pública de qualidade; quando dela é extraída o direito à saúde pública; quando ela é marginalizada no mercado de trabalho; quando a ela não é atribuído o direito de convivência e de estruturação social a partir do contexto de moradia, do direito de ir e vir e de tratamento igualitário nesta sociedade ainda bastante desigual.

É por isso que esta temática tem uma importância muito grande na discussão do dia de hoje.



Essas questões da juventude, senhores e senhoras, é sem dúvida nenhuma o grande desafio estabelecido no contexto do Estado, do governo, do Parlamento e do setor jurídico, como também da sociedade civil e no corte ético racial, isto é, a criação de mecanismos institucionais de diálogos e discussões e de propostas efetivas para a implementação de ações voltadas para a promoção da inclusão social da juventude negra baiana.

Acreditamos que esta Casa, Sr. Presidente, tem uma contribuição importante a ser dada nesse sentido. Foi pensando nisso que tomamos a iniciativa de apresentar a esta Casa, no dia 4 de novembro, o Projeto de Resolução nº 2.046/2010, que cria a Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania da Juventude Negra no Estado da Bahia, como um instrumento, Sr. Presidente, senhores e senhoras, legal, constitucional, que teve a participação de parlamentares comprometidos com o debate, o enfrentamento e a consolidação de políticas públicas afirmativas para assegurar à juventude negra o direito de cidadania.

Foi ainda nesse espírito que resolvemos criar um espaço, no contexto desta sessão especial, para apresentação, pelos próprios jovens, de 5 experiências temáticas. É bom ressaltar que, a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, focos de discriminação racial passaram a pautar as agendas de debates e discussões, e ações foram encaminhadas. E no Estado da Bahia com o governador Jaques Wagner já se permitem o debate, a discussão e a condução de ações para minimizar os efeitos da ausência de políticas afirmativas ao longo da nossa história.

Mas ainda, Sr. Presidente, é necessário avançar. E é por isso que, entre essas 5 ações temáticas que serão apresentados pelos jovens, nós destacamos: os quilombos educacionais responsáveis pelo processo de formação de jovens; os terreiros de candomblé, como instrumento de orientação social, verdadeiras referências de trabalho, acolhimento e sociabilidade humana, e é bom destacar que se fomos capazes, ao longo de toda história do nosso povo negro no Brasil, de resistir a todas as demandas, aos descasos e ações desumanas com a nossa identidade. Temos que ressaltar o papel importante desenvolvido pelos terreiros de candomblé como os grandes centros de acolhimento, ressocialização, mas, acima de tudo de preservação da nossa cultura e da nossa identidade.



A terceira ação diz respeito à comunicação social, abordando de um ângulo ético racial as questões e o dia a dia da juventude.

04- Os pontos de cultura. Aspectos importantes para a nossa afirmação e para a consolidação da juventude na sua real identidade.

05- O jovem negro e sua inclusão no mercado de trabalho, aspecto esse que senhores e senhoras, recaímos num destaque importante. Neste nosso Estado, o Estado mais negro fora da África, onde a nossa cultura perpetuou-se ao longo de vários séculos, a nossa juventude negra ainda é alvo fácil para a marginalidade em função da ausência de perspectiva de vida e, acima de tudo, embasada pelo difícil acesso ao mercado de trabalho.

O Estado da Bahia cometeu uma das ações mais perversas com o nosso povo quando extraiu o ensino técnico profissionalizante que culmina com as dificuldades que a nossa juventude tem, hoje, de ocupar o mercado de trabalho cada vez mais seletivo. Temos a necessidade de ingressar nesse mesmo mercado de trabalho precocemente, como uma forma de contribuir com o aumento da renda familiar ou até mesmo para garantir o sustento e, acima de tudo, o custeio da nossa própria educação.

Quando discutimos mercado de trabalho para a juventude negra, nós conhecemos de perto as discriminações e a exclusão. Excluídos pelo perfil, pela qualificação e pela formação, excluídos, muitas vezes, pela localidade onde reside. Quando questionamos ou atribuímos à mulher e a jovem negra essa exclusão é duas vezes maior. Então, essas experiências nos levam, por fim, a discutirmos, Sr. Presidente, a importância desta Casa tomar com responsabilidade, como papel, trazer o debate, a discussão e a afirmação de direitos e de implementação de políticas públicas para a juventude do nosso Estado.

Por fim, abro um parêntese para falar da CEPI, Comissão Especial de Promoção à Igualdade desta Casa, Sr. Presidente. Comissão que ao longo desses anos de existência, desde 2002, quando o deputado Paulo Anunciação criou essa Comissão nesta Casa, tem tido um papel importante na defesa dos interesses do povo negro, na defesa dos interesses dos povos e comunidades tradicionais que passaram aqui neste plenário e nesta Casa. Temáticas como as políticas afirmativas de reconhecimento dos povos ciganos, para a comunidade indígena, para o povo de santo, dentre outras que eu poderia citar; temáticas e debates de exclusão da



sociedade, como, como o movimento LGBT; movimentos como a afirmação da naturopatia com a garantia do direito constitucional para o exercício da profissão, dentre outros que passaram a ser tema de debate permanente nesta Casa. Além do grande enfrentamento, Sr. Presidente, que ainda temos que travar no Estado, como já disse, mais negro fora da África, mas onde a discriminação é tão forte e tão presente que se tornou ato corriqueiro.

Cresci, Sr. Presidente, com a atribulação de que era um negrinho querendo ser branco, que era um pobre querendo ser rico, porque decidi muito cedo que tinha que chegar à universidade.

Sei muito bem, Sr. Presidente, que as atribuições não são destacadas como discriminação, mas que, na prática, são um exercício de inferioridade da nossa raça no contexto de um domínio cada vez mais perverso. E é por essas ações e argumentos, Sr. Presidente, que utilizo este momento para solicitar aos nobres parlamentares desta Casa, e em especial aos que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, a celeridade para o projeto de lei nº 2.112/2009, que solicita a transformação da CEPI em permanente.

Reconhecemos que a construção de uma sociedade igualitária não se dá em um espaço de tempo demarcado. A Comissão Especial tem prazo e um tempo de vida, mas, na realidade da Bahia, Sr. Presidente, senhores e senhoras presentes, precisamos de muito tempo para, de fato, construirmos essa sociedade igualitária em que acreditamos e defendemos.

É por isso, Sr. Presidente, que encerro aqui, agora, com um pedido especial: que esse projeto ainda este ano possa ser julgado, avaliado e aprovado, para que essa Comissão possa exercer com plenitude o seu papel e sua responsabilidade junto à sociedade baiana.

Quero, com isso, agradecer a todos e a todas e encerrar dizendo a nossos jovens de hoje que completem a profecia de ser o futuro de amanhã. É preciso que todos e todas tomem como responsabilidade social o direito do jovem de ocupar o espaço com políticas públicas afirmativas. E que no dia de hoje, em que comemoramos o dia maior para a luta do povo negro, o Dia da Consciência Negra, nesta Casa, neste nosso Estado, estejamos dando um passo importante para que a juventude negra passe a ser respeitada por todos.

(Não foi revisto pelo orador.)



10330-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. D J Branco

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convido para compor a Mesa o Sr. Almiro Sena, promotor de Justiça; e o Sr. Coronel Jorge da Silva, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-Secretário de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.

Assistiremos agora ao vídeo sobre a *TV Pelourinho*.

(Apresentação do vídeo.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Agradecemos a TV Pelourinho pela contribuição que tem dado nas intervenções sócio-culturais do nosso povo. E neste exato momento, convido para fazer uso da palavra o DJ Branco, que vai falar sobre o tema Comunicação para a Juventude Negra. Mas antes, quero registrar aqui a presença de Eriosvaldo Menezes, nosso popular Menezes, superintendente da SUPER, da Prefeitura de Lauro de Freitas. (Palmas) Quero registrar também a presença do Dr. Altamiro Gomes, conselheiro da OAB, representando aqui a OAB, (Palmas), o Sr. Sílvio Augusto, representante do Secretário de Saúde do município de Salvador, (Palmas), Jaquenime Bal, oficial de protocolo da Casa da Nigéria na Bahia.

Com a palavra o DJ Branco.

O Sr. DJ BRANCO:- Boa-tarde a todos e a todas presentes, e em nome do deputado estadual Bira Corôa, proponente desta sessão especial, saúdo todos os membros da Mesa.

Inicialmente, quero parabenizar o deputado por mais uma iniciativa nesta Casa, neste espaço, para debater a questão da identidade negra no Estado da Bahia, onde a maioria da população é negra, e nada melhor que uma data como esta, o dia 20 de novembro em que se celebra o grande líder negro chamado Zumbi dos Palmares. Celebramos a consciência negra, e tratamos de um tema muito importante que está em pauta na sociedade no decorrer dos últimos oito anos, que é a questão da juventude, especificamente da juventude negra, que a gente ver que vem morrendo todos os dias em nossas comunidades.



Falar de comunicação social, falar de comunicação para a juventude é importante apontar logo um fato histórico que aconteceu, que é o da organização política da juventude negra do Estado brasileiro. Foi criado um grupo de trabalho, uma articulação da juventude negra chamada Enegrecer a Confecom. Jovens, militantes na área de comunicação, articulados com as organizações do movimento negro, ocupam o espaço da 1ª Conferência Nacional de Comunicação que aconteceu em Brasília para pautar, elaborar propostas de políticas públicas para a comunicação do Estado brasileiro. Mas propostas com recortes, que atendam às necessidades, que respeitem os valores, que respeitem as religiões, a ética e a juventude negra deste País. Percebemos que a juventude negra, hoje, na mídia convencional, é mostrada, é representada de uma forma ainda pejorativa. Vemos diariamente corpos de jovens negros expostos na televisão. Podemos ver os cemitérios lotados, mães chorando pelos corpos de seus filhos. E a mídia diz o tempo todo que esses jovens eram envolvidos com o tráfico de drogas ou que foi briga de gangue. Ou seja, para a elite deste País esses jovens nunca são inocentes, representam somente mais um número na estatística.

Quando o deputado Bira Corôa propõe uma Comissão Parlamentar da Juventude Negra nesta Casa, é para dizer que essa comissão tem de fortalecer o que está previsto no caderno da Conferência Nacional de Juventude. A primeira prioridade aprovada é o Estado brasileiro atender as setecentas e poucas propostas encaminhadas no documento do I Encontro Nacional de Juventude Negra, que aconteceu em 2007, em Lauro de Freitas. Esse documento tem diretrizes de comunicação também com recorte racial.

Criar escolas especializadas para que esses jovens possam se apoderar das ferramentas de tecnologia da informação, para que possam se capacitar na comunidade. A *TV Pelourinho* é um exemplo disso, mas ainda é uma coisa pontual que tem de ter outros outros prosseguimentos. Acho que devem surgir outras TVs comunitárias. Percebemos a forma de organização da juventude como instituto de mídia étnica profissionalizando e colocando o debate na Academia e no Estado da Bahia sobre a comunicação racial e social. E podemos perceber o que a comunicação tem contribuído para o desenvolvimento, o fortalecimento e a conscientização dessa juventude na comunidade.



Em 2007, iniciei junto com um grupo de amigos da CNA Hip Hop um programa na *Educadora FM* chamado *Evolução Hip Hop*. Durante 29 anos a elite deste Estado fez com que essa rádio tivesse um papel conservador; só se ouvia música clássica, MPB, jazz. E agora, quando o *Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia* chama uma produção musical baiana para debater o conteúdo e a programação dessa rádio com alguns setores da sociedade, como o Ilê Aiyê, organizações de rock e o Movimento Hip Hop. Durante esse tempo a rádio recebeu e-mails, cartas e ligações dizendo que um programa como esse, que é o de maior audiência no final de semana, deveria sair do ar. Por que isso, já que estamos numa cidade, num Estado onde a maioria da população é negra. E ao mesmo tempo essa elite que criticava esse programa, que foi ao ar a partir de 24 de novembro de 2007, diz que esse programa é o primeiro lugar em audiência entre todas as rádios da Bahia – dados oficiais da pesquisa do IBOPE, que é o instituto que faz a pesquisa com as grandes rádios do Estado envolvendo as classes A, B e C1.

É importante que essa faixa negra na Rádio Educadora permaneça, porque é um espaço de promoção, de conscientização, de fortalecimento das comunidades de base que vêm atuando na periferia, nos terreiros de candomblé, na comunidade indígena, nos quilombos pelo interior da Bahia.

Quero aproveitar também que Pola Ribeiro está aqui, para dizer que é preciso ter uma faixa negra na *TV E*. Destaco que essa TV vem fortalecendo os blocos afros da cidade de Salvador com documentários que falam sobre comunidades tradicionais, religiosas. Mas também é importante haver programas específicos.

Sabemos da limitação das TVs e rádios públicas do Brasil por conta de problemas orçamentários. Mas é importante dizer ao governador que é necessário haver mais recursos para se investir na comunicação para que a juventude disponha dessas ferramentas. E assim ela tenha a possibilidade de reescrever a história do nosso povo, que é contada todos os dias de uma forma maquiada nas televisões, nas rádios e nos jornais.

A comunicação é um caminho para o desenvolvimento humano. Como todo mundo diz hoje, ela é o quarto poder. Se é o quarto poder, a comunidade negra precisa se apropriar



desse quarto poder para reescrever a sua história. Não dá mais pra se calar ao que está posto pra gente na grande mídia convencional.

Então, é com isso, deputado Bira, que agradeço ao convite para participar dessa audiência pública. Eu acho que esta Casa também tem um grande desafio, tem um projeto tramitando aqui, que é o plano estadual para a juventude que precisa ser aprovado com urgência também. Esse plano estadual para a juventude que teve a colaboração, na sua elaboração, de setores da juventude negra organizada do Estado da Bahia e que aponta a demanda das necessidades emergenciais para superar as injustiças, para superar todas as dificuldades por que passa a juventude negra dentro das comunidades.

Este ano tivemos um avanço significativo porque conseguimos aprovar no Senado Federal, durante anos brigando, a PEC da Juventude. Mas, para além de aprovar esses projetos de lei é importante termos monitoramento. Monitorar e cobrar para que seja aplicado de uma forma efetiva. Então, por isso é importante criar essa Comissão Parlamentar de Juventude Negra nesta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



10331-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Kleber Rosa

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós é que agradecemos.

Ainda nos registros, a presença do vereador Tiago de Zezo de Mata de São João, Ivonete Mota da COOPIR, Camaçari, sei que são muitos, mas em nome da Ialorixá Mãe Carmem quero saudar a todas e a todos representantes do candomblé e do povo de santo. Quero aproveitar para registrar a presença, com muita satisfação, da Ialorixá Bernadete(palmas), que representa a resistência e a força do nosso povo e que na minha fala citava como uma das provas mais presentes da intolerância religiosa ainda praticada no nosso Estado e que muito pior, praticada sob a ação do Estado, porque foi violentada exatamente por 7 policiais, fato que a gente não pode deixar.

É bom destacar que, felizmente estamos num novo tempo, onde uma ação como essa não passa sem ser percebida. A sociedade civil organizada se manifestou, o secretaria de Segurança Pública do Estado, juntamente com o comandante geral da Polícia Militar está acompanhando o caso e o próprio Governador Jaques Wagner recebeu na semana passada uma comitiva de 16 representantes de instituições e entidades, dentre elas, representando o povo de santo para juntamente com Mãe Bernadete, quando foi relatado ao governador e ele demonstrou o compromisso e o respeito e, acima de tudo, colocou como disposição para que o Estado apure para que fatos como esse não se repitam no nosso Estado.

Quero também, ainda, registrar a presença da Associação de Mulheres Amigas de Itinga, Lauro de Freitas, Associação Beneficente o Senhor é a Nossa Luz, Associação Beneficente Nossa Senhora da Luz, Associação Amiga de Lauro de Freitas.

Neste momento quero passar a palavra para Cleber Rosa, coordenador do Coletivo Parte Negra.

O Sr. KLEBER ROSA:- Boa tarde a todas e todos.

Primeiramente quero saudar a mesa em nome do deputado Bira Corôa, estendendo aos demais, e saudar a plateia presente.



Eu acho que falar de juventude negra é algo, por um lado, prazeroso, por outro, extremamente desafiador, considerando o quadro em que a gente se encontra em nosso Estado e em nosso país.

Mas quero começar dizendo que devemos falar da juventude negra e da vida da juventude negra, não só ressaltando a sua sobrevivência, até porque é exigir e pedir muito pouco, temos que exigir também, e principalmente, qualidade de vida para nossa juventude negra, afinal de contas nós não queremos somente viver, não queremos somente estar vivos, queremos comida, diversão, arte, lazer, segurança. Então, acho que falar de juventude negra e falar de sobrevivência é falar também de qualidade de vida.

Quero trazer para vocês duas situações, fruto da minha experiência de vida, sobretudo experiência de vida profissional. Eu sou professor da rede estadual há 13 anos e sou investigador da Polícia Civil há 11 anos, e a realidade desse duplo perfil profissional me permitiu um olhar, digamos assim, de certa forma privilegiado sobre a realidade da juventude negra, por um lado bastante inquietante, incômodo, por outro, também bastante enriquecedor, do ponto de vista da capacidade de olhar e de compreender esse fenômeno que a gente traz aqui, para falar de sobrevivência da juventude negra.

Então, eu quero trazer esses dois elementos como fundamentais para se entender, para se compreender a qualidade de vida ou a vida da juventude negra para além de uma série de outras. Eu diria que segurança e educação estão no cerne da discussão que está posta.

Eu, na condição de vice-diretor de uma escola muito grande do Estado, pude observar, para além do meu trabalho cotidiano, mas na condição de gestor, como é algo presente na escola a falta do olhar do professor, ou do corpo docente, ou da escola como um todo, sobre o aluno; é algo extremamente complicado e grave no que diz respeito à juventude negra. O ambiente escolar, na verdade, é absolutamente hostil a um público que tem uma característica, um perfil, que traz para dentro da escola toda a sua experiência de vida, do seu universo de sobrevivência. É impressionante como a escola não está preparada, mais do que isso, a escola não está disposta a compreender esse aluno e a pensar a escola a partir do atendimento a esse público. A escola é pensada antes do seu público, ela é pensada de uma forma mecânica, de uma forma absolutamente burocrática para educar alunos que são



absolutamente bem-educados, que têm, a princípio, todos os recursos anteriores à escola, familiar, econômico, e a escola se prepara para atender esse aluno. Portanto, a gente se depara com uma realidade que é a ineficácia, a incapacidade e a indisposição da escola de perceber o seu aluno.

Falo isso e trago a questão da minha condição de gestor porque as palavras mais usadas pelo conjunto da comunidade escolar, digo do corpo docente, é expulsão, suspensão e transferência. Como lidar com aquele aluno que tem um comportamento x? Suspensão. Se repetir, nova suspensão. Vamos expulsar esse aluno porque não se adapta ao ambiente escolar, ele atrapalha o processo, fila aula e só quer saber do pátio, não respeita o professor. Então, isso para mim revela uma realidade que acho que cada vez mais precisamos refletir.

A escola não só está preparada para atender aquele público como também não está disposta a perceber o desafio que está posto.

Não existe possibilidade de se fazer educação para o nosso povo se não partirmos do pré-entendimento de que temos um público que traz um legado histórico, cultural, socioeconômico com tal característica e a partir disso pensar a nossa escola.

Trago um outro exemplo na minha condição de trabalhador e investigador de Polícia Civil, um fato, uma história e poderia relatar umas 300 histórias parecidas, mas quero trazer esse fato porque tem muito a ver com o que estamos discutindo.

Tive a oportunidade de, em determinado momento em que fazia um trabalho com uma equipe da polícia, abordando uns jovens que estavam na entrada do Calabar. Havia sumido a bolsa de uma amiga de uma delegada, então foi designada uma equipe da polícia para ir até aquele local a fim de tentar recuperar a bolsa da cidadã. Chegando ao local, a pessoa que teve a sua bolsa levada de dentro do carro no momento em que ela estava ausente, portanto ela não viu quem furtou, mas identificou um guardador de carro que estava no local no momento em que ela largou o carro e disse: “Olha, aquele rapaz estava no local”.

Imediatamente o policial que estava ao meu lado e de forma bastante hostil chamou o grupo de jovens e já usando aqueles termos já conhecido por todos nós, que somos e que fomos jovens negros: “Vamos vagabundo, mãos na cabeça”. Aí, já vi tapas no pescoço. Intervim dizendo: “Rapaz, o que é isso? Pare com isso”. Enfim, passou.



Essa mesma equipe trabalhando em outro momento na Pituba, paramos a viatura ao lado de outro carro que também tinha um grupo de jovens brancos, naturalmente de classe média, provavelmente moradores daquela região, e esse mesmo cidadão que agiu daquela forma no Calabar olhou para os jovens e disse: “Estão vendo? Aí tem droga”. Aí, meu irmão, é bater e achar cocaína, agora quem vai? Quem é doido de abordar? Aí é filho de promotor, de desembargador. Imediatamente, eu trouxe à baila o exemplo anterior dele e, enfim, dois anos depois, esse cidadão me ligou dizendo que o maior aprendizado que ele teve fui eu que dei, porque mostrei a realidade.

Mas o que quero trazer com esses exemplos é algo que também está no cerne desse debate. A juventude negra, independentemente de qualquer coisa, está no foco da ação da polícia. Quando falo da ação é porque temos pensar na ação da polícia como ação antes de tudo de defesa, esse é o essencial do papel da polícia, é a ação de defender e garantir o bem-estar e garantir direitos. Esse tem que ser o princípio da instituição de polícia. No entanto, sabemos que por força das circunstâncias, temos uma polícia em que o foco da sua ação não é a defesa, mas sim a punição, e quem está no foco dessa ação policial é a juventude negra. Ela é vigiada, é perseguida, enquanto a juventude branca, trazendo esse exemplo, ainda que esteja cometendo algum delito, tende simplesmente a ser aliviada por tudo que a sociedade traz naquele momento garantindo a proteção daqueles indivíduos.

Então costumo refletir muito sobre tal exemplo, porque mostra que a gente não pode pensar uma instituição pública como a polícia ou a educação desfalcada do imaginário que ela traz para lidar com o público que ela pretende atender. Costumo também trazer a educação porque existe um discurso, um entendimento, de certa forma até de senso comum, ao se dizer que a polícia age quando a escola falha. Não corroboro com essa opinião, mas acho que existe, na verdade, nessas duas instituições um conjunto de concepções e de ideologias voltadas para excluir e exterminar a população negra, porque a escola também extermina, mata. A escola mata a esperança, a escola mata o sonho, a escola mata a autoestima e igualmente destrói os indivíduos.

Então penso que, até por força das circunstâncias, sou obrigado a ter um olhar não só de fora para dentro, na condição de militante do movimento negro que sou. E, desde que



me entendi por negro, sempre fui militante do movimento negro, mas a força das circunstâncias me obriga a ter um olhar de fora para dentro e de dentro para fora.

Acho que é um desafio - para concluir - que está posto para todos nós, para além da denúncia, para além da resistência enquanto população negra: é o de mexer com essas estruturas, nelas intervir e modificá-las. Eu acredito nisso, defendo isso e acho que todos nós precisamos nos imbuir desse desafio. Precisamos mexer na escola, precisamos mudar a escola, assim como precisamos mexer, intervir e mudar a lógica que opera as nossas instituições de segurança, as Polícias Militar e Civil.

Então fico por aqui. Agradeço a todos e parabenizo mais uma vez o nosso deputado Bira Corôa por esse grande feito.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador!)

**10332-IV****Ses. Esp. 18/11/10****Or. Almiro Sena****Dia da Consciência Negra.**

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Registro também a presença do diretor e dos professores e estudantes do Colégio Estadual Sete de Setembro, Paripe; diretor, professores e estudantes do Colégio Estadual Professor Carlos Barros, também em Paripe; da Defesa Civil de Camaçari; da União da Juventude Socialista; da ABES; da Associação Cultural Herdeiros de Angola; do Bloco Recreativo Filhos de Marujo; do Núcleo de Africanidade de Lauro de Freitas; do Coletivo de Entidades Negras - CEN -; do Instituto Cultural e Educacional Príncipes Negros; da Associação Protetora dos Desvalidos; do COPPIR, Camaçari; CAR; da Associação de Mulheres Coxerê, da Sedur; da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia; da UNEafro e destaco aqui a presença do sargento Erico, com muita satisfação.

Quero registrar também a presença da CUT – Bahia; passar a palavra nesse momento ao Promotor Almiro Sena, que nos honra com a sua presença, mais uma vez, nesta Casa, está com um voo e o horário está quase sendo comprometido.

O Sr. ALMIRO SENA:- Exmº Sr. Deputado Bira Corôa, na pessoa da qual cumprimento os eminentes componentes desta Mesa, a todos e a todas meus cumprimentos, líderes religiosos, sociedade civil como um todo, peço licença para cumprimentar também de forma especial o representante do Ministério Público, o Procurador-Geral aqui que é o colega Dr. Cícero Ornelas, que para minha honra me sucede na Promotoria de Combate ao Racismo.

E aproveito para, rapidamente, prestar contas à nossa comunidade dizendo que o Dr. Cícero está desempenhando essa função de forma admirável, como toda a função que ele desempenha no Ministério Público porque o Procurador-Geral atual me convidou para participar da administração dele. E por isso estou coordenando o nosso centro de formação do Ministério Público, que é a nossa escola superior. Mas nem por isso deixei de lado, porque não poderia, a luta pela nossa causa no combate ao racismo e da promoção da igualdade.



Quero saudar também o professor Jorge da Silva em virtude de ter se deslocado do Rio de Janeiro e está aqui hoje para prestigiar esse evento, o professor Jorge da Silva que ao lado de tantos outros aqui tem uma dimensão nacional, é uma expressão intelectual das mais relevantes da população brasileira contemporânea. Então, a nossa saudação ao professor Jorge é especial. (Palmas)

E, já caminhando para concluir, eu quero na minha fala acentuar o momento de vitória ao lado de tantas decepções e da luta que continua como todos os brilhantes palestrantes que me antecederam ressaltaram e essa luta aqui é cada vez maior, mas ao mesmo tempo é cada vez mais vitoriosa. A começar, por exemplo, permitam-me registrar, ressaltar a felicidade da recondução a esta Casa do nosso deputado Bira Corôa como deputado estadual, já que é uma candidatura que pertence muito ao povo da Bahia. E também junto com Bira, pela primeira vez compondo a Câmara Federal, o nosso deputado Walmir Assunção. Então, são vitórias que podem parecer pontuais, pequenas, mas que representam muito. Além disso eu quero ressaltar que nessa semana da consciência negra estamos para nosso gáudio, quando eu digo nosso, eu digo de nós, do nosso povo, pela oportunidade de suprir uma lacuna que existia no que concerne à produção intelectual do nosso povo sobre os temas que nos interessa. E dentro dessa linha, quero saudar também o nosso Capitão Marinho, com certeza um dos jovens intelectuais talentosos dessa nova geração, que estará no dia 22 de novembro, agora, segunda-feira, lançando o seu livro sobre *O racismo no Exército brasileiro*, abordando algo que ele conhece bem porque integra essa instituição.

E também no dia 23, quero concluir com essa referência, peço licença a todos e a todas, estaremos lançando o nosso livro *A Cor da Pele*, livro no qual, me permitam dividir isso com vocês também, será lançado no dia 23 de novembro, terça-feira, às 19 horas na Câmara; livro no qual eu pude dizer à sociedade brasileira e isso está sendo dito porque este livro já está sendo adquirido por pessoas ligadas ao espaço de poder. E devo dizer à sociedade brasileira muito do que eu tenho ouvido de nosso povo por um lado e muito do que tenho ouvido nos discursos intramuros de alguns que permeiam espaços de poder.

Então, este livro *A Cor da Pele na Sociedade Racista Brasileira: o normal é ser branco* procura provocar uma reflexão mostrando que o discurso que nega a existência do



racismo além de ser estúpido, mesmo quando de boa-fé, repita-se, mesmo quando de boa-fé termina reforçando o próprio racismo.

E, além disso, procuro contestar discursos de supostos, repito, supostos estudiosos que são contrários, por exemplo, às cotas etno-raciais. Eu contesto. E mostro como as ações afirmativas longe de ser pavor é conquista e é espaço para reconhecimento de talento dessa juventude esplendorosa que é a juventude negra deste País.

Então, concludo agradecendo muito e querendo dividir com vocês esta alegria ao ser consciente de que o quadro ainda é muito difícil, mas consciente também de que o presente já é nosso e, com já disse alguém, o melhor está por vir. (Palmas)

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto do orador.)



10333-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or.: Ricardo Andrade

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Registro ainda a presença da Associação Coletiva Dom. Helder Câmara de Ilhéus, companheiros e companheiras presentes, do Grupo de Religiões de Matriz Africana da Polícia Militar que já falamos.

Informo que o livro do Capitão Marinho com o título *Exército na Segurança Pública: uma guerra contra o povo brasileiro*. Está-se fazendo o pré-lançamento hoje aqui no Salão Nobre da Assembleia. Há também um grupo de grafiteiros desenvolvendo um trabalho, neste exato momento, na área externa e será exibido aqui logo mais. Pelo fato do cheiro da tinta ser muito forte eles não podem trabalhar presencial. Mas eles farão uma exposição.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento passo a palavra ao Sr. Ricardo Andrade, coordenador da *Folha Popular*. (Palmas)

O Sr. RICARDO ANDRADE:- Então, em primeiro lugar, mando um salve a todos da Mesa, imprensa, tomo a bênção dos mais velhos em nome de meu Pai Xangô. Nós fazemos parte do movimento *hip-hop*, movimento político, sóciocultural, que atua quase que exclusivamente nos bolsões das periferias de nossos bairros em nossas comunidades.

Digo que é um prazer imenso estar aqui, neste momento, enfocando esta ideia, refletindo e desenvolvendo ações que possam ser significativas para nós. Mas o fato de citar que faço parte do movimento *hip-hop*, ao mesmo tempo sou também da religião do candomblé e, assim vejo, nesta fusão desses dois segmentos, desses dois vieses, uma ferramenta de grandiosa importância segundo o texto de Mano Brown:

“Sim, ganhar dinheiro, ficar rico, enfim.

Muitos morreram sim, sonhando alto assim, me digam quem é feliz, quem não se desespera, vendo seu filho no berço da miséria.

Um lugar onde só tinham como atração, o bar, e o candomblé pra se tomar a bênção”.



O Sr. RICARDO ANDRADE:- E quando Mano Brown disse isso há tempo atrás, ele não está dizendo que o terreiro de candomblé funciona como atração apenas do ponto de vista do atrativo, é muito mais que isso, ou seja, é um espaço de referência. E a história tem dito isso e ela está aí para quem quiser ver. O acarajé é prova disso. A capoeira é prova disso.

O *Iorubá* é prova disso. Há tempos quem quisesse aprender o inglês, iria para a *ACBEU*; o francês, iria para a Aliança Francesa e durante muito tempo fez permanecer a influência do francês nestas terras. E a língua *Iorubá*, aquilo que é nosso, manteve-se viva através desses espaços. É lá e foi sempre lá que conseguimos manter aceso e dentro do nosso espaço aquilo que nos pertence.

Há uma reflexão aqui, algo importante a ser dito e que serviu muito para mim, acho que é por isso que é bom trazer aqui, houve um momento na história do negro, do nosso povo, chamado a grande noite, que foi aquele momento em que se deu na travessia da costa de Angola lá na África a Salvador Bahia, da costa do continente africano ao litoral brasileiro. E era a grande noite por quê? Porque eram quase seis meses de travessia, no porão do navio negreiro, sem ver quase que a luz do sol, e a grande noite se estabeleceu na vida dos nossos.

Naquele momento, naquela grande noite, os sinos da sagrada igreja católica não batiam a nosso favor, os bispos das igrejas evangélicas não apareciam na tela da televisão mandando colocar um copo com água para abençoar os nossos, as testemunhas de Jeová não batiam na porta do navio negreiro para levar uma palavra de conforto, eram os nossos símbolos, eram os Orixás, era o fogo de Xangô, a quentura de Iansã que davam suporte aos nossos, eram as cabaças que eram colocadas para fora para segurar um pouco da água da chuva para matar a sede dos nossos.

Aquele momento de dor e sofrimento, em que os nossos dividiam espaços com placenta, cadáveres, comida podre, e em que se estendeu, se valorizou e se fez presente a figura do Orixá, foi essa concepção, essa observação que fez com que o jovem do Movimento Hip Hop entendesse que esse movimento é de rua, da periferia e terá muito mais importância e solidez a partir do momento em que esteja conectado com a realidade, com essa figura, esse entendimento ancestral que é o Candomblé, e hoje existe uma gama muito forte e aqui na Bahia graças ao Olorum isso é muito presente. Nós temos uma grande parte



das pessoa jovens do Movimento Hip Hop que já entendem que essa ligação é importante para que não fiquemos apenas protestando no espaço simples da contestação.

Os exemplos podem ser dados, como podemos observar os seminários Mulheres em Ação, que aconteceu no ano de 2007 no bairro de Itinga, em Lauro de Freitas, promovido pela PCE, Posse de Conscientização e Expressão, e colocamos no mesmo espaço 50 mulheres, 50 jovens do candomblé, e junto com 50 jovens do Movimento Hip Hop conseguimos interagir, e a riqueza de informações que eram trocadas ou seja a forma de resistir nas ruas como era muito parecida com a forma que os nossos ancestrais e o nosso povo de candomblé também faziam parte desse momento.

Então, essa relação é importante, nós temos alguns exemplos. Mais recentemente, o Obabyan, um agrupamento de jovens de candomblé que estão presentes em vários terreiros de candomblé, se juntam para discutir a expressão dessa juventude nos espaços para além dos portões do terreiro, quando e como se dá o comportamento desses jovens de candomblé nas escolas, nas associações de moradores, nos sindicatos, e são importantes essas iniciativas, são elas quase individuais e a partir do movimento têm garantido a nossa sobrevivência, assim como a luta dos nossos ancestrais tempos atrás.

Mas aí, deputado Bira, é importante, acho que sua presença nesta Casa também se apresenta para nós como uma importante ferramenta, que consigamos, a partir desse espaço que o senhor ocupa nesta Casa, criar uma conscientização do Estado em si com relação a essas ações. É terrível ter acesso, é muito difícil ter acesso aos recursos que deveriam ser nossos e ter que passar por um monte de penduricalhos que o Estado coloca para ter acesso.

Se a corrupção existe, é problema do Estado, tem que resolver, agora ONGs normalmente não têm sido de bom exemplo. Temos um monte de iniciativas em terreiros de candomblé que têm funcionado de forma magnífica, mas ainda assim ter acesso a esses financiamentos, e, às vezes, até editais, torna-se uma coisa desestimulante.

Saiu no jornal *A Tarde*, não sei se foi no de hoje ou no de ontem, uma matéria fazendo uma alusão entre terreiro de candomblé e tráfico, como se os nossos portões tivessem que ficar fechados para as pessoas que estão nas nossas comunidades. Não temos problema algum, na casa que frequento, em receber pessoas da comunidade que tenham



envolvimento seja lá com o que for. Os nossos portões têm que estar abertos, mas não vamos comungar com o que eles fazem.

Se chega lá para beber um copo de água, tomar um banho de folha, tomará, independentemente da visão que o Estado tenha em relação a essas pessoas. É uma visão perversa da Polícia, Eurico, quando reproduz esse discurso de que terreiro de candomblé é lugar de se guardar malandro e bandido.

Então, vamos de encontro, sim, a esse perfil, a essa concepção. Os nossos espaços são para promover a vida e o ser humano, e a condição em que elas chegam lá é consequência da ação do próprio Estado. Então, não somos nós que vamos renegar essas pessoas, elas serão bem aceitas lá. O Estado, muito pelo contrário, deveria ser parceiro nosso nesse sentido.

A invisibilidade das ações que desenvolvemos dentro dos nossos terreiros, dentro do movimento *hip hop*, representa um desafio que precisamos vencer. Ou seja, somos invisíveis, a nossa luta é quase que invisível. As nossas ações não conseguem ser reconhecidas como algo que gera vida, que promove o desenvolvimento.

Estou além da inclusão, não preciso ser incluso, preciso ser respeitado pelo que sou. Sempre me pergunto se quero ser incluso e que modelo de sociedade é essa em que querem me incluir. Ninguém me perguntou se quero ser incluído. Preciso, sim, ser respeitado antes de qualquer coisa. Incluir onde, em quê, a partir de quê, sob que plataforma? Essa coisa de inclusão tem que haver debate.

Não quero ser incluído. Eu preciso ser respeitado pelo que sou e de onde venho, com aquilo que me pertence. Se incluir significar desnudar-me, tirar a minha roupa, prefiro estar vestido.

Normalmente querem transferir para nós, para as nossas organizações a responsabilidade quase que total daquilo que fazemos. E os investimentos em nossas ações nunca são suficientes. Nós debatemos na campanha Reaja – da qual faço parte, assim como do Movimento Negro Unificado –, e vimos, ao longo de algum tempo, batendo nessa tecla: o que o governo gasta para promover a segurança a partir de uma concepção racista está bem além do que se gasta com as pessoas que realmente podem promover.



Trocando em miúdos, eu tenho acompanhado, mãe Jaciara, o trabalho das Mulheres da Paz, principalmente em Lauro de Freitas, e a estrutura que se tem para trabalhar é infinitamente distante do que precisa para ser trabalhado.

Eu tive acesso à informação de que aquele helicóptero da PM que fica rodando gasta quase R\$ 40 mil reais de combustível, querosene, não sei o que colocam. Se eu estiver errado alguém pode me corrigir, mas eu recebi essa informação. Botam o helicóptero para rodar e gastam um dinheiro enorme. Às vezes é necessário pedir a um ativista cultural para fazer uma oficina gratuitamente dentro do mesmo programa que paga o combustível do helicóptero. Então, é complicado entender esse tipo de relação, é difícil para mim entender enquanto jovem.

Sou morador do Loteamento Jardim Metrópole, em Itinga, perto do Fazendão, da sede do Bahia, e vejo mortes, assassinatos, vejo o sofrimento da nossa gente, e vejo programas que querem chegar... De um lado, expõem na Paralela dezenas de viaturas, dezenas de motos, compra-se fuzil, e quando chega a hora de atuar culturalmente, quando chega a hora de colocar dinheiro nas mãos das pessoas da comunidade, aí são R\$ 80,00, é uma bolsa de não sei quanto para o Projeto Mulher da Paz. Não consigo conceber nessa situação uma verdade. Para mim, essa coisa é um debate muito mais profundo.

Como o tempo acabou, a gente fica devendo a conclusão desta fala. Mais uma vez, quero agradecer e dizer a Bira que foi muito feliz esta oportunidade.

Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)



10334-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Pola Ribeiro

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- A gente, neste momento, passa a palavra a Pola Ribeiro, diretor do Irdeb.

O Sr. POLA RIBEIRO:- Boa-tarde a todos!

Vou tentar ser ligeiro, presidente, saudar também a eleição, porque tenho acompanhado a sua aproximação nas questões gerais das culturas, especificamente da cultura negra, do povo negro da Bahia. Eu queria pedir bênção aos mais velhos e queria saudar os mais novos que são o assunto do nosso encontro hoje aqui. Queria saudar a todos em nome do DJ Branco que fala constantemente com os jovens e da yalorixá Bernadete, que foi o mais recente caso que podemos acompanhar com detalhes cada vez mais terrível.

O que quero falar aqui é muito rápido. DJ, a TV é mais negra do que a rádio. A TV Educativa é mais negra do que a rádio. A rádio é mais elitista do que a TV. Quando construímos o espaço negro na rádio, o companheiro Jônatas Conceição, na época, disse: “Cuidado para isso aqui não virar um gueto!” Eu lhe disse: “Mas, companheiro, a gente está botando 4 horas seguidas de programação negra. Ele falou: “É bacana, mas o perigo é ficar um gueto.” E se a gente não ficar atento o tempo inteiro acontece isso. O movimento cultura do contra é muito forte. A gente tem que ficar atento o tempo inteiro.

Na TV - como tem TV hoje poderosa! - a brecha é maior, e se a gente for comparar o espaço de programação negra na TV, realmente, a diferença do que a gente faz na TV educativa em relação as outras televisões é muito grande em nível do debate, presença, da variedade e da diversidade de fontes, de pessoas que aparecem para discutir temas. Na rádio a resistência ainda é muito grande. Estamos constantemente discutindo isso.

A minha fala é, realmente, muito curta, estou me colocando aqui, não tenho muito o que falar para a população negra, tenho que ouvir e me coloco aqui como veículo. E da fala de Kleber Rosa que precisa mudar a educação, a polícia, precisa mudar a comunicação. Então quando eu falo aqui em nome do DJ Branco é porque ele é um lutador da questão da



comunicação e sabe a importância da comunicação pública, da necessidade de uma comunicação pública. Acho que ainda nem chegamos lá, DJ, acho que estamos trabalhando para ter, de fato, uma comunicação pública. Enquanto a população não entender que aquela comunicação é pública, ou seja, que é dela, enquanto achar que é do estado, achar que é da secretaria, ou seja, enquanto ainda tiver os problemas para chegar a uma comunicação, a dificuldade para acreditar que aquela casa é dela, não vai ser ocupada como deve ser.

O que eu quero dizer aqui é que a gente tem um novembro negro. Outros estados têm 20 de novembro. A gente tem o mês de novembro, mas a gente tem o fevereiro de carnaval, de festas, que é um fevereiro negro. E tem o maio de reflexão que a gente tem que transformar em um maio negro. Temos na Bahia, em Salvador, um agosto da ancestralidade, que é um agosto negro e a gente tem que fazer tudo isso e ganhar visibilidade que é estar na mídia e ocupar o espaço.

Então, o que tenho a dizer para as pessoas é o seguinte: a porta abriu um pouco, bota a cunha, não deixe a porta fechar e vai empurrando, vai empurrando, noticiando, acreditando, inundando o *e-mail* da rádio, da TV, ajudando a construir, de fato, o espaço onde cada um quando ligar a televisão sinta que aquela é uma televisão que faz parte da vida dela, dos interesses dela, incluindo ou respeitando, mas trazendo ela para o debate, colocando ela no centro das discussões.

O que eu quero dizer é que a disposição da televisão, da comunicação pública na Bahia, em construção, é uma decisão do governador Jaques Wagner e do secretário Márcio Meireles. Estamos no fim do mandato, o governador foi eleito, mas é um governo de transição, teremos um novo governo e temos que estar ligados na manutenção de uma comunicação que realmente atenda aos interesses dos trabalhadores, do cidadão e da comunidade negra de Salvador e da Bahia.

Muito obrigado mais uma vez, a última vez que estive aqui foi nos 100 anos do Afonjá estávamos saudando os mais velhos e agora estamos saudando os mais novos. Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10335-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Cícero Ornelas

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, quero passar a palavra a Cícero Ornelas, que é representante da Procuradoria-Geral do Estado. Queria dizer que essa campanha é automática. Estabelece-se um tempo médio de 5 minutos e com 25 segundos para terminar ela é acionada para orientar.

O Sr. CÍCERO ORNELAS:- Boa Tarde. Em nome do procurador-geral de Justiça e em meu nome, na condição de coordenador do grupo de atuação especial de combate à discriminação, gostaria inicialmente de saudar a Mesa na pessoa do deputado Bira Corôa, parceiro do Ministério Público de longas datas e que temos a felicidade de contar pelos próximos 4 anos. Isso é muito bom.

Gostaria de saudar também a ialorixá Bernadete, na pessoa de quem saúdo todos os representantes das religiões de matriz africana, e aproveitar a oportunidade também, para reiterar minha solidariedade a ela, já prestada pessoalmente num encontro que tivemos no Ministério Público. Nesta oportunidade, diante de uma plateia tão qualificada, local melhor não há para mais uma vez fazer clara a minha solidariedade e o meu repúdio aos fatos que aconteceram e que contarão com a participação efetiva do Ministério Público na apuração.

Minha fala será breve, mais do que um pronunciamento, é um comunicado. Aproveitando o ensejo da sessão especial do dia da consciência negra e com um tema tão interessante pela vida da juventude negra, gostaria de comunicar que o Ministério Público, através do Gedis – Grupo de Combate à Discriminação, estará instaurando na próxima semana o inquérito civil para apurar as causas e circunstâncias em que ocorre o verdadeiro extermínio da juventude negra.

Através desse instrumento, o inquérito civil público, nós vamos ouvir a sociedade, os grupos organizados, a sociedade civil, a universidade, todos aqueles que possam prestar auxílio aos esclarecimentos desse fato, levantar esses dados que estão envoltos num certo véu, apurar realmente a dimensão desse extermínio e tentar pensar soluções, que tipo de



conduta o Estado pode adotar para evitar esse verdadeiro extermínio. Não tem sentido que nós dizimemos o futuro. A juventude é o futuro, e nós temos que tratar nossa juventude com muito cuidado, porque ela é o Brasil do futuro.

Então, contem com o Ministério Público, e este também conta com os senhores, na condição de sociedade civil organizada e eu gostaria de contar com o apoio dos órgãos aqui presentes para que possamos levar adiante essa investigação com sucesso.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10336-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Jorge da Silva

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Quero registrar a presença de Moacir, que também é da comunidade Dom Hélder Câmara, que também foi vítima da agressão no último dia 23. Neste momento passo a palavra ao Coronel Jorge da Silva, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-secretário de direitos humanos daquele Estado.

O Sr. JORGE DA SILVA:- Boa-tarde a todos. Deputado Bira Corôa e demais integrantes da Mesa, quero mais uma vez manifestar a minha satisfação de estar aqui no Estado da Bahia, em Salvador, participando de atos como este. Já estive aqui muitas outras vezes.

Uma das coisas que vou falar tem a ver com o que o nosso representante do Procurador Geral acabou de dizer. Eu estava pensando: temos na Bahia, mais particularmente em Salvador, uma esmagadora maioria de população negra. Mas sempre que estou aqui vejo as pessoas reclamando dos maus-tratos, da discriminação. Então quem está discriminando quem?

Fico muito feliz ao ouvir do nosso representante do procurador geral essa notícia de que o poder público da Bahia, por intermédio do Ministério Público, vai instaurar esse inquérito civil para, realmente, tocar na ferida. Esse é o caminho. E continuo a perguntar à população: além de reclamar, o que temos de fazer de concreto para mudar isso? Afinal de contas, quem manda na Bahia? Quem manda neste Estado é Deus, acima de tudo. São os orixás. Mas o que fazemos nós?

Quem manda no poder político da Bahia? Se formos ficar só dependendo de Deus, então não precisamos fazer mais nada, a não ser rezar, orar.

O que estou falando é uma coisa muito concreta, porque estamos, lá no Rio de Janeiro, diante de uma coisa muito interessante. Falamos de genocídio, extermínio. E o etnocídio? O etnocídio é destruir a cultura de um grupo social de referência da Nação.



E a destruição das religiões de matriz africana? Por que tem de ser apenas um tipo de religião? E a destruição da cultura?

Não sei como está acontecendo aqui, mas agora não se pode dizer que você é negro: “Aqui no Brasil não tem negro nem branco, é todo mundo misturado”. Isto é etnocídio, ou seja, é querer destruir a ancestralidade de um grupo importante da Nação brasileira.

Queria falar apenas sobre este aspecto. Além do genocídio que se processa no Brasil, em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Paulo e outros lugares, é preciso estar atento para uma coisa chamada etnocídio, isto é, o extermínio da cultura, da religião, bem como do orgulho da ancestralidade africana.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10337-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Érico Novaes

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Vou passar a palavra ao Dr. Érico Novaes, representante da Defensoria Pública do nosso Estado.

O Sr. ÉRICO NOVAES:- Deputado Bira Corôa, na sua pessoa saúdo toda a Mesa, os mais velhos e os mais novos, seguindo a orientação que aprendi com as pessoas que eu ouvi. É isto que nós temos que fazer: ouvir e crescer aprendendo.

A Defensoria Pública foi criada no momento em que estávamos tomando consciência de que o povo precisa ter um instrumento para, cabeça a cabeça, grupo a grupo, ter em seu nome aquilo o que nós chamamos de advogado, quando esse bravo lutador nas lides forenses toma um lado. E a Defensoria Pública tem lado.

Aos que batem à nossa porta – e quando digo nossa porta não é só a dos defensores, mas a porta do povo –, sempre dizemos: a Defensoria Pública é sua casa, e quando adentrarem aquela porta sintam-se donos do lugar, porque vocês pagam impostos, são cidadãos e têm o direito de contar com esse instrumento para fazer com que os seus direitos sejam efetivamente respeitados. Ouvir que uma religiosa, uma mulher frágil, foi quase que trucidada por elementos do Estado me faz lembrar que a Defensoria Pública, embora entidade que faz parte do Estado, também pode ingressar com qualquer medida judicial contra o mesmo. Fica desde já convidada a Sr.^a Bernadete a procurar os nossos serviços, caso deseje uma indenização, alguma coisa nesse sentido. Que sirva de exemplo de que não se pode tratar as pessoas dessa maneira e que todos devem ser respeitados. (Palmas)

Entristece-me ouvir isso, mas ao mesmo tempo é uma oportunidade de dizer, com alegria, que nós não estamos desarmados, que nós contamos, no seio do próprio Estado, com instrumentos como o Ministério Público, com elementos participativos como o deputado Bira Corôa, que faz com que esta maravilhosa manifestação de civismo e de cidadania tenha lugar. Principalmente, agradeço a Deus e aos Deuses e a todos aqueles que tomam conta de



nós a oportunidade de estarmos colocando a minha instituição à disposição desse povo sofrido que merece de nós toda a consideração.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10338-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Ivanildo Silva

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento passo a palavra ao Dr. Ivanildo Silva, juiz do Juizado Civil da Liberdade.

O Sr. IVANILDO SILVA:- Recentemente, tive a oportunidade de participar do Encontro Estadual de Juízes em Costa do Sauípe. Eram cerca de 300 juízes e juízas, e apenas quatro eram negros. Portanto, menos de 2%. Eu passava o dia conversando com uns e com outros, e quando eu me olhava no espelho eu dizia: “Ah, tem um negro aqui!” Era eu próprio, (risos) eu não encontrava o semelhante. O que é isto? Menos de 2% participando daquele evento. Algo precisa ser feito, e com urgência. Não dá mais para aguardar.

Mas nesta Casa, neste momento, eu estava ali olhando essa plateia maravilhosa, linda, e me senti também lindo, porque me identifico com vocês! (palmas). Certa feita, um magistrado do Estado da Bahia, ao ser promovido para o cargo de desembargador, recebeu um prêmio, olhou para os colegas e disse, lembrando até uma canção francesa: “Não há lugar no mundo onde eu possa me sentir melhor do que no seio da minha família”. Diante de vocês eu me sinto no seio da minha família e estou feliz por isso. (Palmas!)

Caríssimo deputado Bira Corôa, vocês estavam pensando que seria um almanaque. Eu tinha realmente um catálogo de telefone para fazer um pronunciamento, estava me empolgando. Mas é chegada a hora, e, se eu trouxesse esse catálogo, o Bira cortaria minha palavra. E preciso dizer alguma coisa, porque o que sentimos no coração tem de ser dito. O amor não pode ser apenas cantado, tem de ser praticado e proclamado, e eu não poderia perder essa oportunidade para dizer que adoro e amo meus irmãos de Salvador. Então estou fazendo isso neste momento.

Caro e nobre deputado, na sua veneranda pessoa, que está vestindo com todo o empenho a camisa de combate ao racismo e ao preconceito, esta sessão é uma demonstração disso.



Na pessoa de V.Ex^a cumprimento os demais membros parabenizando-os por esta solenidade, a todos da Mesa e a todos vocês, meus irmãos e irmãs.

No hino em louvor ao 2 de julho - todos vocês sabem muito mais do que eu, na escola primária antigamente ensinavam hinos, não sei se atualmente isso ocorre -, um determinado trecho do poeta inspirado falava que “o sol do 2 de julho... Já estão tocando a campainha? Ainda não cheguei na metade. Estou aproveitando esta oportunidade e disse há pouco que, quando a gente aproveita, vê uma garota bonita e diz que a ama. E aqui neste instante estou aproveitando essa oportunidade para dizer a vocês, meus irmãos e minhas irmãs, o que vai no meu coração. Tentarei ser breve, embora querendo ser longo.

O hino do 2 de julho em determinado momento fala que “o sol do dia 2 brilha mais que o primeiro” e digo-lhes aqui agora, aproveitando essa informação do poeta, essa dica, usando as palavras dos jovens do poeta, que “o sol do dia 20 de novembro brilha mais do que o sol dos outros dias. (Palmas!)

Aquele sol do dia 2 de julho falava do sol da liberdade. O sol do dia 20 de novembro fala da igualdade, da fraternidade que devemos defender. Não queremos, irmãos e irmãs, ser, sem dúvida nenhuma, um só centímetro acima de qualquer outra etnia, mas não admitimos jamais ser colocados um só centímetro abaixo dos demais. Somos iguais.

O sol daquele dia era um sol de combate a uma Nação que subjugava outra. O sol do dia 20 de novembro é o sol que nos impõem e nos leva a dizer: Não admitimos nessa hora, não admitiremos jamais que alguém por causa da aparência seja considerado um melhor do que o outro.

Dizia Gandhi: “Não entendo por que alguém por causa da cor da sua pele pode se considerar melhor do que o outro.” Mandela dizia: “Esse pessoal que pratica a discriminação, que pratica o racismo, a eles foi ensinado tal coisa. Se o ódio foi ensinado a eles foi porque não nos preocupamos em ensinar o verdadeiro instrumento que une as pessoas. Vamos ensinar a eles esse sentimento maravilhoso que foi o instrumento do maior homem que a humanidade já conheceu, o instrumento do amor. Vamos nos amar, irmãos e irmãs.”

Queridos irmãos, queridas irmãs, é chegada a hora, mais do que chegada a hora, já se encontra esta hora ultrapassada para fincarmos pé, para solidificarmos as nossas posições,



para cada vez mais estarmos engajados na luta pela igualdade. A nossa luta pela igualdade não há de usar os instrumentos que por aí afora se usa, o instrumento da violência, absolutamente.

A nossa luta pela igualdade, queridos irmãos e irmãs, será ela utilizada, será ela feita por aquilo que efetivamente caracteriza o ser humano. Costumo dizer em ocasiões como esta, em oportunidades como esta: nós todos nos ufanamos e afirmamos, o que distingue o ser humano dos outros seres vivos é sua capacidade de pensar. O raciocínio distingue o ser humano, mas não é essa a verdadeira característica do ser humano não é a sua capacidade de pensar, de raciocinar.

Um filósofo colocou certa feita: “Penso, logo existo”. Alguém diria: penso, logo sou um ser humano. Mas não é essa capacidade que nos distingue dos demais seres vivos. A capacidade que nos distingue e que nos trouxe a esta reunião liderada maravilhosamente por Bira, a quem o povo fez justiça reelegendo-o para continuar mais quatro anos nesta Casa defendendo a nossa bandeira e a nossa causa. A característica do ser humano é a sua capacidade de amar. Só quem ama é o ser humano. E esse amor que Cristo defendeu e por ele morreu é que nos levará, sem dúvida, a derrotar os inimigos, a derrotar os preconceituosos, aqueles que não percebem que nós todos temos uma origem comum.

Estamos aqui reunidos, meus queridos irmãos, pela vontade do Senhor, sem dúvida nenhuma. Todos nós, e disso não escapa nenhum, todos nós somos filhos do seu grande amor. E esse amor que nós temos no coração nos unindo, fortalecendo-nos, fará com que o sol de novembro indique o caminho, o sol de novembro ilumine a nossa jornada em busca da igualdade, da fraternidade e da liberdade.

Queridos irmãos, queridas irmãs, um pedido especial neste momento lhes faço, neste momento, neste instante, e vejam essas venerandas sacerdotisas do culto maravilhoso do Candomblé, essas mulheres extraordinárias! Aliás, a obra-prima da natureza é a mulher. Concordam? Porque, depois que Deus fez a mulher, não fez mais nada. Nada! Absolutamente nada! Então, Ele se deu por satisfeito, orgulhoso. E sabem por que a mulher é a obra-prima? Porque Deus reuniu duas coisas ao mesmo tempo para produzir a mulher: a experiência, porque já tinha feito um ser humano cheio de defeitos, que foi Adão, que até hoje está aí



cometendo uma série de problemas, de defeitos. E, com essa experiência de ter feito Adão, ele fez a mulher. Juntou então a experiência e a sua inteligência máxima. Quando reunimos isso, essas duas coisas, sempre dá certo. Por isso, nesta hora, mulheres negras, mulheres brancas, todas as mulheres merecem uma salva de palmas. Viva as mulheres! (Palmas)

E agora, queridos irmãos, proclamando isso, tão bonitas que vocês são, tão bonitas! Proclamando isso, eu lhes peço, queridos irmãos e irmãs e aos jovens, estamos nesta hora, neste momento em que estamos fazendo esta sessão solene, visualizando sobretudo os jovens, o maior tesouro de uma Nação. O Brasil será grande porque os jovens saberão honrar esta terra, os nossos ancestrais, saberemos honrar vocês, e os jovens saberão honrá-los.

Fiquem todos de pé neste momento, por favor! Vamos nos dar as mãos para a prática nesta hora daquilo que será, realmente, um instrumento para fazer com que consigamos chegar ao ponto que merecemos, dando as mãos, um olhando para o outro e dizendo: Meu irmão, eu te amo! Minha irmã, eu te amo! Essa é a verdade! É por aí que seguiremos, através desse sentimento maravilhoso, para fazer desta terra a terra dos nossos sonhos!

Axé, Bahia! Muito obrigado! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10339-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Mãe Jaciara

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Quero aproveitar para registrar a presença do vereador Flávio, do PCdoB, do município de Maracás.

(O Sr. Eurico faz uma apresentação, canta música relacionada ao negro.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Muito obrigado, Eurico.

É linda a nossa espontaneidade, a nossa capacidade de resistir. Como é linda, também, a disposição de lutar.

Temos ainda dois oradores, mas, neste momento, passo a palavra a Mãe Jaciara, que representa todas as mulheres nesta Mesa e, sem dúvida alguma, é para nós uma satisfação muito grande a sua presença pelo trabalho que vem desenvolvendo com as Mulheres da Paz, com a força de luta que foi capaz de demonstrar, enfrentando neste nosso Estado uma ação perversa de descaso, de desrespeito e, acima de tudo, de intolerância religiosa. A senhora soube muito bem impor o seu papel, sua ação, sua autonomia e autoridade de mulher e nos representa muito bem.

A Sr^a MÃE JACIARA:- Primeiramente, boa-tarde a todos, quero saudar a Mesa na figura do Exm^o Sr. Deputado Bira Corôa, e tomar a benção a Iá Bernadete em nome da minha ancestralidade com a minha ialorixá.

Sou Jaciara Ribeiro dos Santos, ialorixá do Axé Abassa de Ogun, coordenadora nacional de religião de matriz africana, e coordeno recentemente, há 5 meses, o Projeto Mulheres da Paz.

Acredito que poderia falar como coordenadora do projeto e como coordenadora nacional de religião de matriz africana, mas quero externar, neste momento, a minha história como mulher negra e como sacerdotisa de um templo sagrado. Fazer a última fala é um tanto complicado porque queríamos externar algo e os companheiros terminam antecipando tudo que eu queria comentar.



Mas me sinto honrada neste momento por ser a única mulher que está fazendo parte da Mesa, e quero dizer ao meu povo de candomblé, que estou representando, apesar de muito jovem...

Sei que no candomblé existe hierarquia, e em nome dessa hierarquia, em nome das ialorixás mais antigas aqui, Mameto Carmem, quero me curvar à senhora, com 70 anos de iniciação.

E não podemos falar de jovem sem repensar no que é o presente de hoje e o da nossa ancestralidade, de nossos antigos. Acredito que falar de jovem, falar do que o candomblé está fazendo para essa juventude é repensar como fomos arrancados da África. O negro e a negra foram arrancados na condição de escravos, e sabemos que éramos reis e rainhas cobertos de ouro, de fartura. E fico muito triste por hoje ainda ter que falar de intolerância religiosa, de racismo, desse ódio que impregna e que mata a nossa religiosidade, a nossa ancestralidade.

Quando soube do caso de Iá Bernadete fiquei assustada, porque vai fazer 11 anos da morte de Mãe Gilda, ela que teve o terreiro invadido, que teve uma Bíblia arremessada sobre sua cabeça por integrantes de outro segmento religioso. Aí me assusto, porque são 10 anos de luta e o que estou fazendo contra essa intolerância religiosa? O que o poder público está fazendo, o que o movimento negro está fazendo, o que nós, do candomblé, estamos fazendo? E me deixa muito triste e agoniada ainda ver essa situação, não só pelo corpo da ialorixá Bernadete, que foi arrancada de um espaço, arrastada vários momentos e ter que ainda não falar do orixá!

A minha dor agora não é só pelo corpo da mulher, Iá Bernadete, mas também do orixá. O que é que eu faço como sacerdotisa dentro da minha casa de axé para pedir desculpas, “iagô”, a esse orixá Oxossi.

Então, o que eu paro para falar, aqui, fico confusa, porque é racismo, é intolerância, é a falta de amor entre os nossos povos, entre a gente.

Eu queria comentar mais ainda do que o terreiro de candomblé faz para o nosso jovem. A gente não precisa de cotas, de políticas públicas. Antigamente, candomblé sempre fez isso, sempre acolheu o povo, sempre acolheu o jovem. Até lembro na minha infância,



quando minha mãe ainda iniciada, eu ia para o terreiro e era proibido criança estar em terreiro de candomblé, mas a gente já fazia as nossas comidas, os jovens já imitavam o que as ialorixás antigas faziam, que hoje se tornam como esses cursos, essa inclusão social.

Eu acredito que o povo de candomblé, as religiosas, as matriarcas já fazem isso muito bem, quando a gente trabalha a espiritualidade, o que é ser jovem dentro do terreiro de candomblé. A experiência do Abassá de Ogum, é uma experiência, porque tenho filhos na minha casa na faixa etária de 13 a 24 anos, mas jovens que são envolvidos em drogas, meninas novas, jovens que se prostituem. Então, até que ponto, você como sacerdotisa, vai agregar isso. Como dizer não, não acolher, quando a polícia já diz que o espaço de candomblé é um espaço que está acolhendo traficantes.

Então, eu me preocupo muito com essa onda, com essa moda de tantas secretarias de reparação, inclusão, mas a realidade é outra. A realidade é o sangue, que não preciso comentar aqui: quantas mulheres negras são assassinadas no Brasil, especialmente em Salvador? 10 mulheres são mortas por dia em Salvador, e a gente sabe que é a mulher negra.

Então, queria finalizar agradecendo essa oportunidade e dizer que não me sinto muito acolhida em ter que falar sobre essa inclusão, sobre essa dor, mas é importante a gente falar do papel, da importância que os terreiros de candomblé têm – o terreiro Oxumaré, que tem um projeto com jovens; a Casa Branca, que tem projeto com jovens; o Abassá de Ogum, que tem projeto com jovens e acho importante ter esse momento de falar.

Eu sei que a gente tem esses limites, mas queria agradecer ao Exmº Deputado Bira Coroa, dizer que é o primeiro mandato que estou participando com V.Exª, mas sinto-me agregada e feliz em poder ter participado desse novo momento seu.

Olorum Bassé, que os orixás estejam presentes na nossa vida, não só hoje, mas sempre, não só no dia 20 de novembro, mas em todos os dias da nossa vida. Adupe'!(Palmas)
(Não foi revisto pela oradora.)



10340-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Capitão Marinho

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Neste momento passo a palavra ao Capitão Marinho, que é o último orador da mesa inscrito. Vou abrir espaço para se alguém do plenário quiser também complementar uma fala, acho que é mais do que justo, democrático.

O Sr. CAPITÃO MARINHO:- Exmº Sr. Deputado Bira Coroa, em nome que quem em saúdo os eminentes e a eminente membros da Mesa, boa-tarde a todas e a todos da plateia.

A responsabilidade é grande, minha avó costumava falar que pato novo não dá mergulho fundo. Imagine a responsabilidade de eu falar depois dessas falas que me antecederam. Deputado Bira Coroa, o senhor me permite, o senhor me colocou numa situação difícil, mas, os desafios fazem parte da vida.

Então, vou iniciar aqui, como Dr. Ivanilton estava falando, fiz um bocado de rascunho, mas vamos ver se consigo. Vou começar falando do Estatuto da Igualdade Racial que foi proposto pelo deputado estadual Valmir Assunção, onde o deputado Bira Coroa, que está à frente da presidência da Comissão da Igualdade Racial e não consegue ser aprovado. Então, eu vou aproveitar, já que falaram em comunicação, eu tenho aqui também a honra de ter presente na plateia a escritora Vera Linda Menezes, ela é a mãe da nossa querida atriz negra Sheron Menezes, da Rede Globo, (palmas) que me honra com sua presença e amizade, e ela, deputado Bira, uma vez nós em São Paulo, ela veio a mim toda entusiasmada: – “Marinho acho que eu vou morar em Salvador, porque lá eu me identifico com as pessoas, eu acho que lá eu não serei discriminada”. Aí eu falei para ela: - “Minha, amiga, não faça isso, o seu Estado não tem nem 20% de negros, e em 1990 vocês já tinham um governador negro, que era o Alceu Colares”.

Aqui na Bahia 77% são negros. Salvador são 85% segundo o IBGE, e nós não temos nenhuma expectativa de termos um governador negro. Então, é claro que a gente luta para poder mudar esse quadro, mas é difícil, muito difícil, a começar pela segurança pública.



Eu tenho a grande honra também de receber aqui, a quem eu, carinhosamente, chamo de “meu guru”, o coronel Jorge da Silva, que eu costumo chamá-lo de coronel. O coronel Jorge da Silva, para vocês terem uma noção, é mestre em Sociologia, tem doutorado em Ciências Políticas, pós-doutorado, tem seis livros publicados, senão sete - o senhor me perdoe, se eu estiver errando a conta - sobre a questão racial e sobre a segurança pública.

Eu vou aproveitar já que estamos falando da Polícia, o major Lázaro está aqui representando o comandante-geral, coronel Mascarenhas, e o coronel Mascarenhas foi muito feliz em escolher o major para poder representá-lo. O major Lázaro que, com a permissão, eu considero um amigo-irmão, para que nós tenhamos noção da capacidade intelectual desse major, ele é responsável pela Polícia ter hoje helicópteros e aviões, ele tem projetos magníficos. Graças a esse major negro que aqui está sentado, hoje a Polícia tem aviação. Então, nós temos que nos valorizar muito mais, alguma coisa nós temos que fazer.

O coronel Jorge da Silva – pensei que elealaria aqui sobre isso, mas não falou, e eu vou falar - ele fala muito da questão da autoestima. A escritora Vera Linda Menezes, e eu brinco com ela que ela já perdeu a identidade, ela não é mais a escritora Vera Linda, ela é a mãe de Sheron Menezes, afinal de contas é assim que funciona a mídia, ela escreveu um livro que fala da autoestima da criança negra, chamado a *Princesa Violeta*. Esse livro é para que as nossas crianças negras que estão crescendo acompanhando os programas da Rainha Xuxa, da Princesa Eliana, Angélica, não se sintam inferiorizadas. Imaginem se alguma das crianças negras queiram um dia ser paquitas? Elas seriam ironizadas pelas suas colegas. A autoestima das crianças negras, é massacrada, violentada e nós não entendemos, precisamos mudar esse jogo.

Então, por que, Dr. Ivanilton, nós temos poucos juizes negros? Porque os nossos livros - e o coronel Jorge da Silva sabe muito bem disso -, explicam que o Brasil teve três povos: o branco, o índio e o negro?. O branco colaborou com a sua inteligência, o índio com a sua amistosidade, e o negro com a sua força bruta. Agora, imaginem para uma criança negra, que pelas condições dessa abolição que foi feita, onde não teve oportunidade de nada, que mal consegue se alimentar, vai para a escola raquítica. Como disse o coronel: inteligente ele não será, porque os livros ensinam que inteligente é o branco; amistososo ele não será,



porque o amistoso é o índio, o máximo que ele pode ser é forte, mas forte ele não será, porque ele não tem uma alimentação digna. O que farão essas crianças negras? Chorarão. Como é que nós mudaremos esse jogo? Esse é o grande desafio.

Então, voltando aqui quando eu citei o Major Lázaro, eu citei por isso, aqui é um exemplo de capacidade intelectual que tem na Polícia Militar. E a nossa Polícia, que é a mesma Polícia que a nossa Ialorixá que está ali, Bernadete, foi agredida, essa Polícia também tem pessoas fantásticas, como está ali o meu querido soldado Albi Napolinário ou o sargento Eurico. (Palmas).

Então, a nossa Polícia tem pessoas excelentes. Entretanto, o que está acontecendo? Nós teremos que fazer algumas reflexões. Entretanto, antes de entrar no conteúdo do meu livro, devo dizer, se o deputado me permite, que está aqui o meu querido amigo-irmão Marcos Resende, que é o responsável por eu estar aqui nesta tribuna. Agradeço a você, amigo-irmão. O deputado sabe muito bem disso.

Então, como fazer? Primeiro lugar, como o deputado disse, o Parlamento é o povo, o povo negro. Acredito muito na eleição do nosso querido Valmir Assunção para deputado federal – atualmente ele é estadual. Estamos começando a mudar, agora podemos falar. Estou aqui hoje, até pedi à minha mãe para sintonizar a TV Assembleia na hora que eu estava levantando. Ela me ligou porque tem um oficial do Exército lá em casa me aguardando. Mas tenho de ter muita tranquilidade no que falo pelo seguinte: estou vendo o sargento Eurico, que é responsável pelo Nafro PM, assim como o soldado Apolinário... A Polícia Militar conseguiu entender que é respeitando a diversidade religiosa que todos ganham.

É claro que o coronel sabe muito bem que é difícil fazer esse debate dentro de uma instituição, mas acredito que estamos até caminhando. Hoje, a minha instituição já procura entender, porque até 5 anos atrás... Meu querido major Lázaro e nosso querido promotor Cícero, que está substituindo uma pessoa que estimo muito, que é o nosso Dr. Almiro Sena, que fez um belíssimo papel, como ele já falou. Tenho certeza de que o senhor também está fazendo...

Falo o seguinte: quando eu era capitão – na verdade, ainda sou –, uma vez na Escola de Aperfeiçoamento houve os cultos ecumênicos. Dentro do Exército o militar tem de



escolher entre os cultos evangélico, espírita ou católico. Ele não tem outra alternativa. Eu sempre falo, geralmente de forma irônica, é claro, mas também para levantar uma reflexão: “vem cá, e o pessoal do candomblé não tem direito a ter religiosidade?” Tem de começar a entender isso. Como o coronel falou, eles estão destruindo a nossa cultura, a nossa ancestralidade. Não podemos admitir isso.

É importante estar aqui neste espaço para refletir e gerar debate. Tenho certeza, deputado Bira, de que o governador Jaques Wagner já está sensível às causas, tanto é que recebeu a nossa ialorixá Bernadete lá no seu gabinete. Ele se comprometeu a tomar todas as atitudes, também encaminhando pessoas do Nafro PM para acompanhar. Tem de ser assim. Estamos conseguindo. Ainda aquém, mas estamos avançando.

Gostaria também de me ater à questão da juventude negra e até propor uma comissão, se aqui for o caso. Temos de refletir. Quando o capitão Marinho escreve um livro sobre segurança pública é porque, realmente, o capitão Marinho reflete. Tive a oportunidade de estudar, meu querido irmão policial, e acredito que o estudo proporciona conhecimento, e conhecimento produz poder.

Então, eu ficava sempre me questionando: o Exército na segurança pública? Será que o fato de estarmos habilitados a manusear armamentos nos dá condições de fazer o papel da polícia de forma eficiente e competente? São questões que eu trago.

Coronel Jorge da Silva – por mais que eu me policie, só o chamo de coronel –, trago no livro o relato sobre a participação do Exército, em 2006, na Operação Abafa. Na época, o coronel Jorge da Silva era secretário de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro. Ele sabe como ficou o seu gabinete durante as operações do Exército nas áreas menos privilegiadas, nas quais a predominância é de negros e negras.

Estive recentemente com o secretário, uma pessoa que eu entendo, compreendo, acho até que é uma pessoa trabalhadora, que realmente quer melhorar a segurança pública, mas eu falei com o secretário que enquanto as pessoas que moram nas áreas menos privilegiadas, nas suburbanas, principalmente os nossos jovens negros estiverem morrendo e nada for feito nós não vamos avançar.



E eu fui até mais taxativo, fui até mais específico com o secretário e dou o seguinte exemplo: hoje moro no bairro da Graça, que é um bairro, coronel, considerado aqui como nobre, só que no bairro da Graça, coronel, não tem homicídio. Sabe por que não tem homicídio? Porque, e o senhor que entende muito mais de segurança pública do que eu sabe disso, no dia em que alguém, dos bairros da Barra, da Graça, do Caminho das Árvores, tomar um tiro no peito e morrer, eu tenho certeza de que as autoridades de segurança pública vão aparecer e vão dar 48 horas para o delegado da área apresentar o homicida. Morrem dezenas de pessoas nas favelas, nas comunidades carentes, nos subúrbios, e nós não vemos aparecer os homicidas!

Então, este é o grande desafio, deputado Bira Coroa, a elucidação dos homicídios, porque a partir do momento que a pessoa souber que a vida de um negro pobre vale igual à vida de um jovem branco e rico, a nossa sociedade muda, e todos vamos viver de forma harmônica, respeitando a diversidade e clamando menos por justiça, prosperidade, diversidade, principalmente clamando pela nossa vida e a vida da nossa juventude negra.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10341-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Robson

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Como foi dito, abrimos espaço para mais dois pronunciamentos no Plenário, mantendo assim o processo democrático.

Com a palavra Robson pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ROBSON:- Boa-tarde a todos os presentes.

Eu sou Robson, funcionário concursado da Embasa, nossa autarquia de Estado que presta serviço de saúde pública à sociedade.

Neste momento utilizo a palavra como representante da União Rastafari, como os nossos cultos, que é o Nayambing, que faz os louvores a Jah, também somos violentados nos nossos direitos constitucionais, inclusive da Lei Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, que é a de nº 11.343.

Então, diante disso coloco também aqui essa militância, como um pesquisador que faz parte da Ananda, que é um centro de pesquisa e de ressocialização, participando dos debates e conferências, para a gente poder fazer com que o nosso Estado reconheça o uso da nossa ganja, como parte do nosso ritual religioso rastafari, o nosso Nayambing.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10342-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Mãe Bernadete

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra Mãe Bernadete.

A Sr^a MÃE BERNADETE:- Boa-noite a todos e a todas.

Peço agô para meus irmãos motumbá, para as iás que estão aqui, os babas, e agradecer ao deputado Bira Coroa por estar nesta luta sofredora junto conosco enquanto pessoas da comunidade Dom Hélder Câmara, assentados e assentadas, principalmente todo o povo de santo que também está sofrendo com aquilo que aconteceu no dia 23 de outubro, em Ilhéus.

Na nossa religião, a gente sempre está ouvindo os mais velhos, é falado que nada acontece por acaso. Então, aquele sábado, 23 de outubro, vai ficar marcado na nossa história em que o meu pai, dono do meu Ori Oxóssi foi levado, arrastado, algemado, preso em uma cela, em uma delegacia de Ilhéus, essa mesma cela em que ele foi preso, também foi aberta para uma discussão que envolve o Estado. Esse Estado que temos e diz o tempo todo que nos dá e nos passa segurança e que de fato a gente tem que repensar e discutir. Então, Oxóssi como meu orixá, o orixá que reúne a comunidade, é o orixá que junta o povo, eu tenho a certeza que a partir do dia 23 de outubro ele apareceu naquele momento para também juntar e reunir esse povo que estava aí sofrendo muito, sofrendo na pele a discriminação religiosa, a discriminação racial. As mulheres que muitas vezes são violentadas não só por policiais, não só pelo Estado mas por uma sociedade machista.

Então, esse 23 de outubro está marcado, sim, foi o dia que, infelizmente, sofri na pele aquelas formigas que estavam em um formigueiro, que apesar disso tudo o Coronel Souza Neto disse que não tinha formigas e sim umas formiguinhas na grama, mas aquele dia eu não desejo para mim nem para ninguém. Mas o meu pai está aí e tenho certeza que ele juntou esse povo e vamos discutir e vamos à luta.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



10343-IV

Ses. Esp. 18/11/10

Or. Giovani Sobrevivente

Dia da Consciência Negra.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Mais alguém?

O Sr. GIOVANI SOBREVIVENTE:- Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Giovani Sobrevivente. Vou falar de um lugar, o local do Movimento Negro Unificado – MNU – e sou do grupo de teatro Choque Cultural. Primeiro, dizer por que Giovani Sobrevivente, qualquer homem negro, qualquer mulher negra nesse Estado racista, homofóbico, sexista é um sobrevivente. E nenhum homem negro, nenhuma mulher negra pode responder pelos crimes dos brancos.

E para finalizar a minha fala, quero fazer uma homenagem aqui a Bernadete, a Moacir e a Mãe Jaciara e a todos os negros e negras que sofrem com esse crime chamado ódio religioso. Mas antes disso, fico muito triste em chegar num espaço como esse, que é um espaço do povo, que é um espaço democrático onde o Estado é laico e ver a imagem de um Jesus Cristo branco. Mas antes de eu fazer essa homenagem, quero cantar.

(O Sr. Giovani canta)

(O Sr. Giovani Sobrevivente continua a proferir à expressão de canto.)

O Sr. GIOVANI SOBREVIVENTE:- Gente, para finalizar, eu quero dizer que nenhum homem negro ou nenhuma mulher negra pode responder por este crime. Recito mais um poema sobre o choque cultural.

(O Sr. Giovani Sobrevivente recita poema.)

O Sr. GIOVANI SOBREVIVENTE:- Salve! salve! (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**10344-IV****Ses. Esp. 18/11/10****Or. Major Lázaro****Dia da Consciência Negra.**

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Bem, para encerrar, daremos a palavra ao Major Lázaro. Ele nos disse que, durante o processo, abriria mão da fala, mas mudou de ideia por motivação e isso nos traz ao embate.

O Sr. MAJOR LÁZARO:- Excelentíssimo Sr. Deputado Bira Corôa, em nome do qual saúdo todos os senhores membros desta Mesa. Faço uma saudação especial ao meu ilustre professor Coronel Joaci, pois é uma satisfação revê-lo. Eu tive a grata oportunidade de ser seu aluno em 2001 em curso de pós-graduação em Gestão de Segurança Pública. Traz-me uma satisfação muito grande em revê-lo muito mais nessas circunstâncias.

Também faço uma saudação especial à sacerdotisa Bernadete. Saiba a senhora que a sua indignação está presente no coração da grande maioria dos policiais militares que integram a nossa corporação. Nós somos 35 mil homens e mulheres integrando esta instituição e, diariamente, colocamos a nossa vida em risco para defesa desta sociedade. E desses 35 mil, a sua grande maioria é negra como eu e como o comandante geral da Polícia Militar.

Infelizmente e eventualmente fatos acontecem. São fatos que estão inscritos em nossa rotina e daquilo que estou “empoderado” a dizer por nesta solenidade estar representando S. Ex^a, o comandante geral da Polícia Militar da Bahia, Cel. Nilton Regis Mascarenhas que aqui não está em virtude de estar em compromisso na cidade de Curitiba – Paraná, representando a nossa corporação num evento de interesse, e me incumbiu de representá-lo. Empoderado estou pela sua autoridade de comandante-geral para reafirmar aquilo que já foi dito por sua excelência o governador do Estado, Dr. Jaques Wagner, pelo Exm^o Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. César, sobre aquilo que foi levado a público pelos meios de comunicação de massa.

Existe um princípio básico em tudo aquilo que integra a Polícia Militar de fazer o dever, aquilo que a lei permite, aquilo que a lei determina. Todo aquele que se excede nesse



tipo de comportamento tem a penalidade devida. Queríamos nós que todos os setores da sociedade civil organizada tivessem a rapidez, a celeridade e o rigor que tem o poder militar, a atividade militar, a Polícia Militar para com os seus. Tenho certeza de que a sociedade não teria excessos, como muitas vezes observamos.

Nós lidamos, inclusive, com a privação de liberdade, com a perda da função pública para aqueles que assim se excedem. O que podemos afirmar à senhora é aquilo que já foi dito por sua excelência o comandante-geral, pelos meios de comunicação de massa, é a responsabilidade fazer uma apuração, essa apuração está sendo feita. Peço à senhora e a todos os senhores presentes que não se deixem tomar por qualquer tipo de influência antes do final oficial da apuração, e quem determinará o fim da apuração, como já foi dito, com os resultados efetivos e as providências que serão adotadas, será sua excelência o comandante-geral da Polícia Militar da Bahia, negro que o é, como também era o anterior. Então, Sr^a Bernadete, não pretendia me expor, mesmo porque esse caso concreto, que muito nos constrange, pois somos pais, somos filhos, temos irmãs e temos a grande referência, somos da Polícia Militar da Bahia, uma das grandes referências no Brasil em iniciativas voltadas ao respeito e à tolerância religiosa, ao respeito à religiosidade. No Nafro, Núcleo das Religiões Africanas, que saiu do seio da Polícia Militar e que, hoje estava aqui até bem pouco tempo, nós tínhamos uma satisfação muito grande de ter o Eurico, que estava presente aqui conosco e infelizmente no momento não pode mais. Essa é a iniciativa do Nafro na Polícia Militar para que todos aqui presentes tenham uma ideia, hoje copiadas por polícias e por outras instituições, como as de São Paulo, Rio de Janeiro, e várias outras instituições, dentro dessa visão e dessa necessidade de se tomar iniciativas laterais com vista a buscar o respeito e a tolerância religiosa.

Temos uma satisfação muito grande, nas nossas formaturas, em ver uma quantidade significativa de pais e mães orgulhosos dos seus filhos, colocando as suas melhores roupas, inclusive, muitos ostentando filhos e mães-de-santo nessas solenidades com garbo e com satisfação, testemunhando a formatura de seus filhos nos cursos de formação de soldado, sargento e oficiais.



Fazemos parte, sim, da Polícia Militar, do dia a dia da nossa sociedade, e o fazemos com muito orgulho. O que eu peço, valendo-me dessa oportunidade, primeiro, é que deem um crédito, existe um curso de apuração, repito, e um instrumento forte de responsabilização frente àqueles que cometem erros. Não cometemos qualquer atitude do ponto de vista do açoitamento, mesmo porque existe um regime de Estado democrático que dá a todos direito a ampla defesa e o contraditório, mas existe, sim, um processo de apuração em curso e vamos aguardar, porque a resposta, com certeza, será dada.

Esse fato, da mesma forma que um constrangimento, deixa também algumas lições, um marco. Faço um apelo: estejam sempre próximos dos seus instrumentos de polícia, é importante. Eu hoje sou major Lázaro Monteiro comandante do Grupamento Aéreo da Polícia Militar, comando a unidade que utiliza helicópteros e aviões, não gasto R\$ 40 mil por voo, como aqui foi anteriormente dito. Quarenta mil reais é quanto gastamos no mês para todas as cinco aeronaves que temos, é um custo que se apresenta frente à dimensão e o resultado efetivo que a aeronave tem comprovado para atender as suas necessidades.

Mas antes disso e por muito tempo me deparei, lidei de forma intensa, porque acredito, com a Polícia Comunitária. Comandei a Companhia de Polícia Comunitária dos bairros do Rio Vermelho e da Pituba, e nessas unidades tive a consciência da importância da participação popular.

Estejam presentes com seu policiamento, prestigiem o seu policiamento, exijam, denunciem. Hoje existem uns instrumentos fortes para poder fazer esse tipo de participação comunitária, quer por internet, por participação direta com o Ministério Público, pela Defensoria Pública, existem os instrumentos que fomentam a participação popular.

Para nós é importantíssimo. Quanto mais nos apartarmos, nos colocarmos de forma longínqua do instrumento de polícia, mais e mais condições estaremos dando para que fatos constrangedores daquela natureza, como se sinaliza naquilo que foi colocado pela mãe Bernadete, aconteçam.

São estas palavras que gostaria de dizer, pedindo um voto de confiança a todos os senhores presentes. Repito, somos 35 mil profissionais que diariamente colocamos a vida em risco, salvamos inúmeras e inúmeras pessoas, contribuímos significativamente para a



segurança da população e muito nos orgulhamos disso, muito embora, em determinadas vezes, não tenhamos o reconhecimento que o exercício da nossa atividade assim recomenda.

De qualquer forma, agradeço a oportunidade e parabênzo S.Ex^a o Deputado Bira Corôa pela iniciativa. Enquanto negro, me sinto feliz pela oportunidade que me foi dada pela minha mãe, que, se privando de uma série de coisas, permitiu que eu estudasse única e exclusivamente, ou seja, que me dedicasse aos estudos, permitindo-me chegar onde cheguei, a ponto de estar aqui hoje, representando o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Peço este voto de confiança. Pode ter certeza que a senhora, mãe Bernadete, e todos os outros representantes do assentamento terão uma resposta efetiva do Estado.

Agradeço pela atenção de todos. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-02****Ses. Esp. 18/11/10**

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento quero, ao encerrar este ato, antes de mais nada, deixar como informe que estaremos dia 26 em Ilhéus, na Câmara de Vereadores, realizando uma audiência pública da Comissão de Promoção da Igualdade Racial e Social da Assembleia Legislativa, com o Poder Legislativo Municipal, debatendo essa questão.

Assim como o senhor coloca, major, muito correto que o fato ocorreu, e não se pode atribuir à corporação, não é uma indicativa, não é uma ação da corporação, mas é interessante que utilizemos desses fatos como referenciais e exemplos para que não sejam repetidos. É um processo de educação e também da formação de uma nova concepção e consciência, de resguardo e prevenção, já que muitas pessoas que compõem o assentamento num primeiro momento sofreram inclusive algumas ameaças, em detrimento da investigação em curso.

Temos a preocupação de salvaguardar o direito condicional e a autenticidade da vida de todos. Em nome da comissão estaremos lá com essa audiência pública para que esse fato seja um exemplo e não se repita nas histórias das nossas vidas e do nosso Estado.

A Bahia tem o privilégio de ter a maior diversidade social e cultural do mundo, e essa diversidade se dá exatamente pelas nossas diferenças e origens. A miscigenação que chegou e consolidou o povo brasileiro reflete na Bahia a sua plenitude com a força indígena, africana, europeia e, conseqüentemente, não nos permite mais ter a extinção da nossa cultura, como muito bem colocou nosso professor, que há um outro extermínio mais rigoroso e mais intenso do que um conflito racial, que é apagar a memória de um povo, que é quando se extingue a sua cultura. Digo sempre que a força de um povo está na identidade da sua cultura. Sem dúvida alguma, essa audiência tem esse objetivo. A gente aproveita para convidar a todas as instituições, a todas as entidades que possam estar presentes. Foi convidado o Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Mascarenhas, secretário da Segurança Pública, o Ministério Público, assim como outros setores de organização da nossa



sociedade, para que a gente possa abrir um debate. Não com uma visão de está remoendo um fato que não nos agrada, como o senhor muito bem disse, repugna a todos nós, porque essa não é a direção, não é a indicação; muito menos é a prática da corporação. Por isso a gente quer convidar a todos.

Quero aproveitar para agradecer, em especial, à presença de todos, à Mesa as contribuições aqui oferecidas, acima de tudo, aos servidores desta Casa, mais uma vez ultrapassa o horário previsto, cumprindo com um papel importante de valorizar este ato como ímpar na histórica desta Casa, que é a gente poder estar debatendo temáticas antes vistas como não permitidas – a gente sabe muito bem de todo esse processo- e ora a gente consegue realizar. Agradeço também a assessoria da comissão que tem desenvolvido esse papel, as contribuições que surgiram ao longo do processo, as instituições como CEM e outras instituições que têm dado contribuições importantes para a realização dos eventos por essa comissão. Em especial, agradecer a presença de todos.

Em nome do Poder Legislativo do Estado da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas, dos Srs e Sr^{as} Deputadas, da imprensa, declaro por encerrada esta sessão ao mesmo tempo que convido a todos para o pré-lançamento do livro de Capitão Marinho que será no saguão. Desejo a todos que o novembro negro, que o novembro que é para todos nós a marca maior na nossa existência possa, de fato, trazer o brilho, as expectativas, mas, acima de tudo, nos irrigar de força, coragem para a gente continuar nessa luta. Ser negro, como disse muito bem Eurico, é belo. Ser negro é muito mais do que um trecho em um poema. Ser negro é a realidade da nossa própria existência. Digo sempre isso por que a primeira vez que experimentei - sem ter noção do que estava fazendo – enfrentar uma ação com identidade negra, tive 10 dias de interrogatório, com luzes na cara, com pancadas na mesa, com gritos no meu ouvido e com fortes palavras para que eu assumisse ser comunista. Diga que é comunista! Você é comunista! Isso por que aos 16 anos, quando fui tirar o meu primeiro passaporte não coloquei na ficha que era pardo . Coloquei que era negro e me disseram que negro não era cor. Eu disse que pardo que não era cor e, conseqüentemente, vivenciei um dos momentos mais difíceis talvez da vida, porque não



tinha noção sequer do que estava gerando tudo aquilo e muito menos da minha posição de assumir a minha negritude.

Assim como todos e todas aqui presentes, sei muito bem, Major, que sair de um estado como a Bahia, de uma família operária e chegar ao estado de formação que o senhor tem, não deixou de passar por dificuldades, por atos de discriminação e racismo, como todos nós. Mas o que nós temos é de utilizar esses momentos e transformar a realidade desta sociedade a que nós estamos em serviço. A maior contribuição que podemos deixar para essa juventude que estamos debatendo no dia de hoje é criar para ela uma condição de vida mais respeitosa.

Quero agradecer a todos e externar o convite para que possamos participar do lançamento do livro: Exército na Segurança Pública – Uma Guerra contra o Povo Brasileiro. Mais uma coragem e disposição de luta.